

## A virtude da prudência – implicações éticas e existenciais

Jean Lauand<sup>1</sup>

O tratado *De prudentia* (*Sobre a prudência*), de Tomás de Aquino, contido na *Suma Teológica*<sup>2</sup>, apresenta grande interesse do ponto de vista da história das ideias. Seu autor é “o último grande mestre de um cristianismo ainda não dividido”, nas palavras do filósofo alemão Josef Pieper, e o tema é nada menos do que a principal entre as quatro virtudes cardeais (prudência, justiça, fortaleza e temperança), que tanta importância tiveram no Ocidente medieval.

É difícil subestimar a importância da virtude da prudência no pensamento de Tomás. Não é que ela seja a primeira *inter pares*, mas é a principal em uma ordem superior, é a mãe das virtudes (*genitrix virtutum*)<sup>3</sup> e a guia das virtudes (*auriga virtutum*)<sup>4</sup>.

Porém, por mais destacada que seja a importância histórica do *Sobre a prudência* de Tomás, seu interesse transcende o âmbito da história das ideias e – superadas as naturais barreiras de linguagem dos 750 anos que nos separam do Aquinate – instala-se no diálogo direto com o homem do nosso tempo, como rica contribuição para alguns de seus mais urgentes problemas existenciais. Além do mais, como veremos, a doutrina sobre a prudência tem o condão de expressar, de modo privilegiado, as diretrizes fundamentais de todo o filosofar de Tomás.

Neste estudo, começaremos por discutir as dificuldades semânticas enfrentadas pelo homem de hoje para compreender a *prudentia* de Tomás. Em seguida, mostraremos a atualidade, o significado e o alcance ético e antropológico dessa virtude. Finalmente, num terceiro tópico, indicaremos como a doutrina da prudência resume toda a postura filosófica de Tomás.

### **Prudentia e prudência**

Para bem avaliar o significado e o alcance do tratado *Sobre a Prudência*, de Tomás de Aquino, é necessário, antes de mais nada, atentar para o fato de que “prudência” é uma daquelas tantas palavras fundamentais que sofreram desastrosas transformações semânticas com o passar do tempo.

A proximidade entre a nossa língua e o latim de Tomás não nos deve enganar. Ocorre um conhecido fenômeno de alteração do sentido das palavras que se manifesta muitas vezes quando lemos um autor de outra época. E não só alteração. Como mostra

---

<sup>1</sup> Professor Titular Sênior da FEUSP. Professor Colaborador do Colégio Luterano São Paulo. jeanlaua@usp.br. Autor do recém-lançado: *Pequeno dicionário de expressões brasileiras*. São Paulo: Enguaguaçu, 2023.

<sup>2</sup> *Suma teológica* II-II, questões 47 a 56.

<sup>3</sup> *Comentário às Sentenças III*, 33, 2, 5.

<sup>4</sup> *Comentário às Sentenças IV*, 17, 2, 2.

o escritor britânico C. S. Lewis<sup>5</sup>, dá-se frequentemente – sobretudo no campo da ética – uma autêntica inversão de polaridade: aquela palavra que originalmente designava uma qualidade positiva se esvazia de seu sentido inicial ou passa até a designar uma qualidade negativa.

Foi o que aconteceu com as palavras “prudência” e “prudente”, entre outras. Atingida ao longo dos séculos pelo subjetivismo metafórico e pelo gosto do eufemismo, “prudência” já não designa hoje a grande virtude, mas sim a conhecida cautela – um tanto oportunista, ambígua e egoísta – ao tomar (ou ao não tomar) decisões. Observação similar foi registrada, já em 1926, pelo teólogo francês Garrigou-Lagrange: “Será que a prudência tornou-se uma qualidade negativa?”<sup>6</sup>.

### *A virtude cardeal da prudência*

Se hoje a palavra “prudência” tornou-se aquela egoísta cautela da indecisão “em cima do muro”, em Tomás, ao contrário, ela expressa exatamente o oposto da indecisão: é a arte de decidir-se corretamente, isto é, com base não em interesses oportunistas, não em sentimentos piegas, não em impulsos, não em temores, não em preconceitos etc., mas unicamente com base na realidade, em virtude do límpido conhecimento do ser. É esse conhecimento do ser que é significado pela palavra *ratio* na definição de *prudencia: recta ratio agibilium*, “reta razão aplicada ao agir”, como repete, uma e outra vez, Tomás.

Prudência é ver a realidade e, com base nessa visão, tomar a decisão certa. Por isso, como afirma Tomás, não há nenhuma virtude moral sem a prudência. E mais: “Sem a prudência, as demais virtudes, quanto maiores fossem, mais dano causariam”<sup>7</sup>. Com as alterações semânticas, porém, tornou-se intraduzível, para o homem do nosso tempo, uma sentença de Tomás como “A prudência é necessariamente corajosa e justa”<sup>8</sup>.

Sem esse referencial, fundamentados em que nós tomamos nossas decisões? Quando não há a *simplicitas*, a simplicidade que se volta para a realidade como único ponto decisivo na decisão, ela acaba sendo tomada, como dizíamos, com base em diversos outros fatores: por preconceitos, por interesses interesseiros, por impulso egoísta, pela opinião coletiva, pelo “politicamente correto”, por inveja ou por qualquer outro vício.

Mas esse ver a realidade é somente uma parte da prudência. A outra parte, ainda mais decisiva (literalmente), é transformar a realidade vista em decisão de ação, em comando. De nada adianta saber o que é bom se não há a decisão de realizar esse bem.

O nosso tempo, que se esqueceu até do verdadeiro significado da clássica *prudencia*, atenta contra ela de diversos modos: por exemplo, em sua dimensão cognoscitiva (a capacidade de ver o real), ao aumentar o ruído, exterior e interior, que nos impede de “ouvir” a realidade; e, em sua dimensão prescritiva (o ato de comandar), ao se deixar tomar pelo medo de enfrentar o peso da decisão, que tende a paralisar os imprudentes e impedir a concretização da ação correta.

É dessa dramática imprudência da indecisão que tratam alguns clássicos da literatura, de que falaremos adiante.

---

<sup>5</sup> *Studies in Words*, Cambridge University Press, 1960.

<sup>6</sup> Garrigou-Lagrange, “La prudence – Sa place dans l’organisme des vertus”, *Revue Thomiste*, École de Théologie Saint-Maximin, ano XXXI, série IX, 1926, página 411.

<sup>7</sup> *Comentário às Sentenças III*, 33, 2, 5, 3.

<sup>8</sup> *Suma teológica I-II*, 65, 1.

A grande tentação da imprudência (sempre no sentido clássico) é a de delegar a outras instâncias o peso da decisão que, para ser boa, depende só da visão da realidade. Há diversas formas dessa abdicação: do abuso de reuniões desnecessárias à delegação das decisões a terapeutas, comissões, analistas e gurus, passando por toda sorte de consultas esotéricas.

Uma das mais perigosas formas de renúncia a enfrentar a realidade – ou seja, a renúncia à prudência – é trocar essa fina sensibilidade de discernir o que a realidade exige, numa situação concreta, por critérios operacionais rígidos, como num “manual de escoteiro moral” ou, no campo do direito, num estreito legalismo à margem da justiça. É também o caso do radicalismo adotado por certas propostas religiosas. Tal como o Ministério do Vício e da Virtude, do antigo regime fundamentalista islâmico Taliban, que governou o Afeganistão entre 1996 e 2001, algumas comunidades cristãs, em vez de afirmar o direito (e o dever) do fiel de discernir o que é bom em cada situação pessoal concreta, simplificam grosseiramente: em caso de dúvida, é pecado e pronto!

O *Sobre a Prudência* de Tomás é o reconhecimento de que a direção da vida é competência da pessoa, e o caráter dramático da prudência se manifesta claramente quando Tomás mostra que não há “receitas” de bem agir, não há critérios comportamentais operacionalizáveis, porque – e essa é outra constante naquele tratado – a prudência versa sobre ações contingentes, situadas no “aqui e agora”.

E é que a prudência é virtude da inteligência, mas da inteligência do concreto: a prudência não é a inteligência que versa sobre teoremas ou princípios abstratos e genéricos. Não. Ela olha para o “tabuleiro de xadrez” da situação “aqui e agora”, sobre a qual se dão nossas decisões concretas, e sabe discernir o “lance” certo, moralmente bom. E o critério para esse discernimento do bem é a realidade.

Ser prudente é saber discernir, no emaranhado de mil possibilidades que esta situação me apresenta (que devo dizer a este aluno?, compro ou não compro?, caso-me ou não?, devo responder a este e-mail? etc.), os bons meios concretos que me podem levar a um bom resultado, à plenitude da minha vida, à minha realização enquanto ser humano. E para isso é necessário ver a realidade concretamente. De nada adiantam os bons princípios abstratos sem a prudência que os aplica, como diz Tomás, ao “outro polo”, o da realidade.

A condição humana é tal que, muitas vezes, não dispomos de regras operacionais concretas. Sim, há um certo e um errado objetivos, um *to be or not to be* dependente de nossas decisões, mas não há regra operacional. Tal como para o bom lance no xadrez, há até critérios gerais objetivos, mas não operacionais concretos.

Nessa mesma linha está a agudíssima página de *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa – todo um tratado de filosofia da educação moral –, nas palavras do jagunço Riobaldo:

Sempre sei, realmente. Só o que eu quis, todo o tempo, o que eu pelejei para achar, era uma só coisa – a inteira –, cujo significado e vislumbrado dela eu vejo que sempre tive. A que era: que existe uma receita, a norma dum caminho certo, estreito, de cada uma pessoa viver – e essa pauta cada um tem –, mas a gente mesmo, no comum, não sabe encontrar; como é que sozinho, por si, alguém ia poder encontrar e saber? Mas, esse norteado, tem. Tem que ter. Se não, a vida de todos ficava sendo sempre o confuso dessa doideira que é. E que: para cada dia, e cada hora, só uma ação possível da gente é que consegue ser a certa. Aquilo está no encoberto: mas, fora dessa

consequência, tudo o que eu fizer, o que o senhor fizer, o que o beltrano fizer, o que todo-o-mundo fizer, ou deixar de fazer, fica sendo falso, e é o errado. Ah, porque aquela outra é a lei, escondida e vivível mas não achável, do verdadeiro viver: que para cada pessoa, sua continuação, já foi projetada, como o que se põe, em teatro, para cada representador – sua parte, que antes já foi inventada, num papel.<sup>9</sup>

Por mais que o nosso tempo insista em querer eliminar a verdade objetiva, no fundo sabemos que há certo e “errado” objetivos e que a decisão do agir é um problema de *ratio*, de *recta ratio*. Quando, diante de uma ação, perguntamos “por quê?”, estamos perguntando pela razão: “Por que razão você fez isso?”. E o mesmo ocorre quando, diante de uma ação, dizemos: “É, você tem razão”, “Você está coberto de razão”. E, para uma ação que é um grave mal moral, dizemos: “Que absurdo!” (falta de razão).

Isso não quer dizer que a pessoa tenha sempre uma justificativa racional pronta, consciente, para cada ato. A prudência decide bem, mas com a espontaneidade da virtude. Aliás, segundo Tomás, a função da virtude – como a de todo hábito em geral – é precisamente a de permitir realizar o ato com facilidade, “espontaneamente”, com um certo “automatismo” que não tira a liberdade. Quem objetaria a espontaneidade adquirida pelo hábito, após árduos esforços, para extrair acordes do piano, falar uma língua estrangeira ou andar de bicicleta?

Seja como for, não deixa de ser inquietante que, na linguagem cotidiana, “razão” vá dando lugar a expressões de motivação a-rationais: “não estou a fim”, “sei lá” etc. Por outro lado, nossa gíria também tem intuições geniais, como na expressão que resume em três palavras toda a doutrina da *prudentia* e seu enlace entre ser-verdade-bem: “cai na real”.

Por essa razão, para os antigos, a virtude da *prudentia* era também designada por *discretio*, discernimento, uma virtude difícil porque, entre outras qualidades, requer experiência e memória, mas também a objetividade da inteligência.

Voltemos à pergunta inicial: baseados em que nós tomamos nossas decisões? Como já foi explicado, quando não há a simplicidade que se volta para a realidade como único ponto decisivo na decisão, acabamos decidindo com base em diversos outros fatores, como o preconceito e o interesse. Nesse sentido, já a *Bíblia* adverte que não se deve pedir conselho “a uma mulher sobre sua rival, ao covarde sobre a guerra, ao invejoso sobre a gratidão, ao preguiçoso sobre o trabalho”<sup>10</sup>.

Trata-se, portanto, de uma “inteligência” moral, da insubornável fidelidade ao real, que aprende da experiência e, portanto, requer a memória como virtude associada – a memória fiel ao ser. Precisamente no artigo dedicado à virtude da memória, Tomás observa que o homem não pode reger-se por verdades necessárias, mas somente pelo que acontece “geralmente” (*in pluribus*).

Note-se que essa é também a razão da insegurança em tantas decisões humanas: a *prudentia* traz consigo – como já indicamos – aquele enfrentamento do peso da incerteza, que tende a paralisar os imprudentes.

Como também já apontamos, é dessa dramática imprudência da indecisão que falam alguns clássicos da literatura: *do to be or not to be* de Hamlet aos dilemas kafkianos (o remorso impõe-se a qualquer decisão), passando pelo Grande Inquisidor de Dostoiévski, que descreve “o homem esmagado sob essa carga terrível, a liberdade

---

<sup>9</sup> Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas*, Rio de Janeiro, José Olympio, 5ª edição, página 366.

<sup>10</sup> *Eclesiástico* 37:11.

de escolher”<sup>11</sup>, e apresenta a massa que abdicou da prudência e se deixou escravizar, preferindo “até mesmo a morte à liberdade de discernir entre o bem e o mal”<sup>12</sup>. E, assim, os subjugados declaram de bom grado: “Reduzi-nos à servidão, contanto que nos alimenteis”<sup>13</sup>.

É interessante observar que, desde a tenra infância, o drama da decisão nos era proposto sob diversas formas. Éramos advertidos de que a vida era uma ciranda na qual “vamos todos cirandar” e que, junto com juras de amor eterno, vinham anéis de vidro:

O anel que tu me deste  
era vidro e se quebrou  
o amor que tu me tinhas  
era pouco e se acabou

A inveja e a eterna insatisfação humana eram ludicamente desmascaradas: a galinha do vizinho é que bota ovo amarelinho (e ainda por cima: bota um, dois... dez!). Aprendíamos que a prudência só vem com a experiência: “Enganei um bobo na casca do ovo”. E mais: na ingenuidade da infância, assumíamos nossa incapacidade de realizar as escolhas fundamentais – como a de ter que decidir quem ia se encarregar da triste missão de jogar no gol – e as confiávamos claramente à cega sorte (“lá em cima do piano tem um copo de veneno” ou “minha mãe mandou escolher este daqui” ou ainda o “bem-me-quer”, “uni, duni, tê” etc.).

Hoje, adultos, não adotamos mais esses critérios – que, pelo menos, tinham a vantagem de sinceramente reconhecer a incapacidade de decidir. Nós pretendemos não necessitar de uma virtude (toda a profunda antropologia das virtudes cardeais nem sequer está mais em nosso campo de visão), pois presumimos dispor de recursos técnicos ou científicos que permitam tornar dispensável o âmbito moral, a virtude cardeal da prudência. Mas, não por acaso, “cardeal” vem da palavra latina *cardus*, gonzo, eixo em torno do qual se abre a porta (a porta da realização humana, do *to be*). Abdicar da *prudencia*, a cardeal das cardeais, significa perder o eixo, o gonzo, tornar-se des-engonçado existencialmente. Abdicar da prudência é abdicar da realidade e confiar a um *Ersatz* (substituto) – como o Grande Inquisidor – as decisões fundamentais da existência.

### ***O tratado Sobre a Prudência no pensamento de Tomás***

Neste tópico, queremos mostrar como a doutrina da prudência possui um caráter revelador de todo o posicionamento filosófico-teológico de Tomás de Aquino.

Esse posicionamento é o de uma teologia negativa e de uma filosofia negativa – que se referem à incapacidade humana de conhecer plenamente as coisas, ou seja, aos limites da razão. Precisamente pela ignorância desse decisivo caráter “negativo” no pensamento de Tomás é que ele tem sido frequentemente mal compreendido, até mesmo pelos tomistas. Aliás, o filosofar de Tomás é tal que é incompatível com um “tomismo”, com um sistema filosófico ou com um racionalismo (e tantas vezes Tomás tem sido injustiçado com o rótulo de racionalista).

Para a descrição desse posicionamento de Tomás, recorreremos à incomparável análise de Josef Pieper, em *Unaustinkbares Licht*:

---

<sup>11</sup> Fiódor Dostoiévski, *Os Irmãos Karamázovi*, São Paulo, Edições Ouro, s.d., página 226.

<sup>12</sup> Fiódor Dostoiévski, obra citada, página 225.

<sup>13</sup> Fiódor Dostoiévski, obra citada, página 224.

Certamente esse traço também não aparece com clareza nas interpretações usuais; frequentemente é até ocultado. Será raro encontrar menção ao fato de a discussão sobre Deus da Suma teológica começar com a sentença “Não podemos saber o que Deus é, mas sim o que Ele não é”. Não pude encontrar um só compêndio de filosofia tomista no qual se tenha dado espaço àquele pensamento, expresso por Tomás em seu *Comentário ao De Trinitate* de Boécio: o de que há três graus do conhecimento humano de Deus. Deles, o mais fraco é o que reconhece Deus na obra da Criação, o segundo é o que reconhece refletido nos seres espirituais e o estágio superior reconhece-o como o desconhecido (*tamquam ignotum*). E tampouco encontra-se aquela sentença das *Quaestiones disputatae*: “Este é o máximo grau de conhecimento humano de Deus: saber que não o conhecemos”.<sup>14</sup>

Contra as *rationes necessariae* de um Anselmo, contra a pretensão de deduzir logicamente as verdades da fé, Tomás afirma o mistério para o homem, contraponto da liberdade de Deus: “Não há nenhum argumento de razão naquelas coisas que são de fé”<sup>15</sup>. E, na questão “Se Deus teria se encarnado se não tivesse havido o pecado do homem”, Tomás recolhe como objeções os argumentos tradicionais da Escolástica: “Sim, a Encarnação necessariamente ocorreria, pois a perfeição pressupõe a união do primeiro, Deus, com o último, o homem” ou “Seria absurdo supor que o pecado tivesse trazido para o homem a vantagem da Encarnação e, portanto, necessariamente, teria havido Encarnação mesmo sem o pecado”. Em sua resposta, Tomás refuta categoricamente essas objeções, afirmando: “A verdade sobre essa questão só pode conhecê-la Aquele que nasceu e se entregou porque quis”<sup>16</sup>.

Nesse quadro “negativo”, compreende-se melhor o significado da *prudentia* em Tomás. Uma vez que não conhecemos completamente as coisas, não podemos ter a certeza matemática nem critérios operacionais para discernir o bem. Para a boa decisão moral, precisamos das (frágeis e incertas) luzes da prudência: ter a memória do passado, examinar as circunstâncias (e as circunstâncias como fonte de moralidade eliminam qualquer tentativa de espartilhar a conduta em “manuais de escoteiro morais”) e recorrer ao conselho (não por acaso, com a supressão da *prudentia* na pregação da Igreja contemporânea, “conselho” deixou de significar aconselhar-se a si mesmo e passou a significar só o conselho dado por outro).

Também no que se refere à *prudentia*, como pano de fundo, estão os dois elementos-chave de Tomás de Aquino: mistério e liberdade. Afirmar a *prudentia* é afirmar que cada pessoa é a protagonista da sua vida, só ela é responsável, em suas decisões livres, por encontrar os meios de atingir seu fim: a sua realização. Esses meios não são determináveis *a priori*. Pelo contrário, eles pertencem ao âmbito do contingente, do particular, do incerto do futuro. Por isso, necessariamente a *prudentia* se faz acompanhar da insegurança, da necessária insegurança que acompanha toda vida autenticamente humana. Afinal, para Tomás, o que o conceito de pessoa acrescenta à essência humana é precisamente a individualidade concreta: “Alma, carne e osso são configuradores do homem (*ratione hominis*), mas esta alma, esta carne e estes ossos são configuradores deste homem (*ratione huius hominis*), e assim ‘pessoa’ acrescenta à configuração da essência os princípios individuais”<sup>17</sup>.

<sup>14</sup> Josef Pieper, *Unaustinkbares Licht*, em *Werke*, volume 2, Hamburg: Felix Meiner, 2008, página 125.

<sup>15</sup> *Comentário às Sentenças III*, 1, 1, 2.

<sup>16</sup> *Comentário às Sentenças III*, 1, 1, 3.

<sup>17</sup> *Suma teológica I*, 29, 2 objeção 3.

Qualquer atentado contra a prudência tem como pressuposto a despersonalização, a falta de confiança na pessoa, considerada sempre “menor de idade” e incapaz de decidir, que, portanto, deve transferir a direção de sua vida para outra instância: a Igreja, o Estado etc. Em qualquer caso, isso é sempre muito perigoso.

### ***A prudência e as religiões***

Uma nota final. Mencionamos os fundamentalismos religiosos. Para além de “leis secas”, normas rígidas e literalidades, as religiões correm ainda outro risco de *imprudencia*: no afã de libertar-se do peso da responsabilidade de decidir, o fiel transfere o problema para Deus (ou para o sobrenatural). Certamente, Deus pode nos inspirar em nossas dificuldades de decisão e a Ele devemos humildemente recorrer para pedir luzes e discernimento. O problema, nisso como em tudo, são os abusos.

Certamente, todo aquele que crê está legitimado a pedir a Deus luzes para suas decisões (é o que, para a doutrina católica, é “conselho”, dom do Espírito Santo). O que não se pode é avalizar com a autoridade divina posições meramente temporais. Em todo caso, a iluminação sobrenatural deve ser – caso queiramos fazer uso público dela – de tal ordem que torne visíveis para qualquer um a realidade de que se trata. Penso que é isso o que se pede naquele verso do mais clássico hino ao Espírito Santo, *Veni Creator*: “Visita as mentes dos que são teus” (*Mentes tuorum visita*). Outra atitude degeneraria em tirania, em teocracia.

Um exemplo nos ajudará a entender esse ponto. O exemplo nos vem da própria *Bíblia*, do capítulo 13 do livro do profeta Daniel. Dois juízes iníquos de Israel, repelidos pela bela Susana em seus desejos adúlteros, vingam-se levantando contra ela o falso testemunho de adultério: “Vimos um jovem assim, assim, adulterando com ela no jardim”. Quando a multidão já está preparada para aplicar à casta Susana a pena de morte por apedrejamento, Deus inspira ao jovem Daniel (cujo nome, aliás, significa juiz de Deus) a defesa da inocente. Mas Daniel não afirma em nenhum momento sua iluminação sobrenatural. O que ele faz é apresentar argumentos humanos, que todos podem comprovar, sobre a injustiça daquele processo. Ele interroga em separado, diante do povo, os juízes iníquos: “Debaixo de que árvore ela estava adulterando?”. Diante da disparidade das respostas, torna-se evidente que os juízes estavam mentindo. O povo, então, aplica-lhes a pena de morte que tinham planejado para Susana.

É muito perigoso o uso indevido da religião em questões meramente temporais. Naturalmente, questões éticas como a defesa da vida ou da justiça social não são questões meramente temporais e as religiões podem – e devem – trazer reflexões adequadas para seu equacionamento na sociedade.

O Brasil inteiro chorou o desaparecimento do médium Chico Xavier (1910-2002), uma figura boníssima e um exemplo de humildade e de amor. Mas esse grande líder espírita protagonizou alguns episódios curiosos, que suscitam inquietante reflexão.

Num processo por homicídio, em 1985, um juiz de Campo Grande (MS) aceitou que a defesa apresentasse “cinco cartas psicografadas pelo médium Chico Xavier, nas quais a vítima dá a entender que a arma disparou acidentalmente. O júri o absolveu, mas a sentença foi anulada por recurso da Promotoria, que quer condenação por homicídio doloso”<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> “Marido das cartas psicografadas volta a júri”, *O Estado de S. Paulo*, 6/4/1990, página 16.

Em outro júri de homicídio, ocorrido em 1987, um juiz de Gurupi (GO) convocou Chico Xavier como testemunha (não como testemunha visual, mas mediúnica) pelo fato de o médium ter recebido mensagem do além da pretensa vítima<sup>19</sup>. O *Jornal Espírita* comentou essa notícia em matéria de primeira página: “Haverá de chegar um tempo em que os espíritos poderão vir do ‘lado de lá’ – com o aval das autoridades – consertar tantas injustiças”<sup>20</sup>.

Outro tanto poderia ser questionado a propósito da prática de cirurgias por médiuns, o que, na prática, equivale a uma dispensa do diploma de médico. Que os espíritos nos orientem sobre questões de foro íntimo ou então, tal como no caso do profeta Daniel, nos apontem as razões – visíveis para todos – que possam nortear nossas decisões prudentes.

Recebido para publicação em 12-05-24; aceito em 16-06-24

---

<sup>19</sup> “Testemunha do crime: o médium”, *O Estado de S. Paulo*, 25/3/1987, página 17.

<sup>20</sup> *Jornal Espírita*, ano XI, número 143, maio de 1987.